



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ

Trata-se de processo administrativo no qual a Divisão de Patrimônio e Materiais, solicita a aquisição de **placas de MDF** para **atender a necessidade urgente de insumos da Seção de Movelaria**, e por conseguinte, a grande quantidade de reformas e adequações em andamento nesta Corte, conforme Documento de Oficialização de Demanda (1588771).

O Estudo Técnico Preliminar (1593005) destaca a existência do processo administrativo n.º 2023/000045773-00, no qual tramita procedimento licitatório para aquisição de itens similares (MDF), através de Pregão para Registro e Preços, que se encontra aguardando aprovação presidencial da minuta de edital.

A Secretaria de Planejamento (1594594) manifestou-se favorável à aquisição dos referidos serviços por estarem em consonância com o Plano Estratégico 2021-2026, ressaltando que a aquisição pretendida **está prevista** no Plano de Contratações Anual (PCA 2024).

O Secretário de Administração (1477019) opinou **pela autorização da presente contratação**, haja vista o atendimento dos requisitos legais e a existência de saldo orçamentário disponível para a execução do objeto, conforme dados apresentados no Painel de Execução do PCA 2024.

Após a elaboração do Termo de Referência (1598211), foi efetuada pesquisa de mercado para elaboração do Mapa de Preços (1603360) do qual se extrai o valor total estimado para a contratação: **R\$ 44.927,71 (quarenta e quatro mil novecentos e vinte e sete reais e setenta e um centavos)**.

A Secretaria de Orçamento e Finanças emitiu Nota de Dotação 2024ND0002229 (1617440) no valor indicado e informou (1617500) que, em 06/062024:

- (1) Não há registro da emissão de empenho na Natureza de Despesa **3390.30.24 - Material Para Manutenção De Bens Imóveis**, na modalidade Dispensa de Licitação de que tratam os incisos I e II do art. 75 da Lei N.º 14.133, de 1.º de abril de 2021.
- (2) Não há registro na SECOF da tramitação de outro processo administrativo, cuja despesa tenha sido classificada na natureza de despesa mencionada, que esteja instruído no sentido de se fazer presumir a realização de contratação na modalidade de Dispensa de Licitação, de que tratam os incisos I e II do art. 75 da Lei N.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

É o relatório.

De início, cumpre registrar que o presente parecer fará a análise estritamente jurídica, possuindo caráter opinativo, e abrangendo tão somente os aspectos legais e formais para a regular instrução processual.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, que a regra é a realização de processo licitatório nas contratações realizadas pelo Poder Público com terceiros. Na mesma esteira, a Lei de Licitações e Contratos - Lei n.º 14.133/2021 determina:

Art. 2º Esta Lei aplica-se a:

- I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;
- II - compra, inclusive por encomenda;
- III - locação;
- IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;
- V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;
- VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;
- VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

A mesma Lei, no inciso II de seu artigo 75, determina ser dispensável a licitação nos casos de contratação de serviços que não sejam de engenharia ou manutenção de veículos automotores e que envolvam valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) (valor atualizado pelo Decreto n.º 11.871 de 29/12/2023), alcançando assim a contratação ora pretendida.

Entretanto, **verificam-se ausentes a indicação de qual será o fornecedor do serviço e, conseqüentemente, as informações relacionadas à possibilidade de contratação direta específicas do fornecedor**, quais sejam: a existência, ou não, de emissão de empenho tendo como credor o fornecedor, por dispensa de licitação, assim como a comprovação da regularidade fiscal do fornecedor.

Ante o exposto, observadas as ressalvas indicadas ao final, esta Assessoria Administrativa **opina favoravelmente à dispensa de licitação, no valor total estimado de R\$ 44.927,71 (quarenta e quatro mil novecentos e vinte e sete reais e setenta e um centavos), para a aquisição de placas de MDF para atender a necessidade urgente de insumos da Seção de Movelaria, nos moldes da Lei n.º 14.133/2021, art. 75, II.**

A presente contratação direta está condicionada a:

- (a) não existência de registro da emissão de empenho tendo como credor o fornecedor, por Dispensa de Licitação, de que tratam os incisos I e II do art. 75 da Lei N° 14.133, de 1º de abril de 2021.
- (b) apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, válidas no momento da contratação;
- (c) consulta ao SICAF; e
- (d) divulgação do ato autorizador da dispensa de licitação.

Considerando tratar-se de decisão da competência de autoridade superior, submeta-se o presente parecer à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

É o parecer.

Manaus/AM, 10 de Junho de 2024.

Adriana Souza Carpinteiro Péres

Diretora da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA SOUZA CARPINTEIRO PERES, Diretor(a)**, em 10/06/2024, às 21:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1623906** e o código CRC **1797753D**.